

Em busca de respostas

AEPET publica cartas enviadas à Petrobrás

Desde a sua fundação nos anos 60, a AEPET envia cartas à PETROBRÁS pedindo esclarecimentos sobre vários assuntos de interesse de seus associados. Estabelecer este diálogo com a estatal, além de priorizar a defesa do corpo técnico tem sido uma das bandeiras da Associação. Esta edição especial do **AEPET NOTÍCIAS** traz algumas cartas enviadas no ano passado e neste ano, separadas por assuntos, que foram respondidas pela Petrobrás de forma superficial. Outras cartas sequer foram respondidas.

A AEPET vem cumprindo sua função de ser uma instituição de defesa da soberania nacional, da Petrobrás e de seus técnicos. Ao longo de seus 50 anos, mantém o compromisso de expor aos seus associados com transparência todo o teor de suas lutas e também das cartas enviadas e das respectivas respostas dadas ou não pela diretoria da Petrobrás.

Nesta edição, confira as cartas na íntegra.

Editorial

Problemas nas plataformas e refinarias

A Petrobrás está passando por um momento preocupante e desafiador. Ao mesmo tempo em que tem um volume de investimentos previstos monumental - U\$ 214 bilhões nos próximos cinco anos – está andando para trás em relação ao que avançou em engenharia e tecnologia.

Na área do E&P, chegou-se à conclusão que nossas plataformas eram caras e que deveríamos imitar o exemplo de algumas afretadas que operam campos para a Petrobrás. Qualquer alteração em relação ao projeto da holandesa SBM-Gusto deveria ser justificada e aprovada. A orientação atual é fazer projeto com baixo investimento inicial, em vez de custo total mínimo, incluindo operação e manutenção. Afinal, não construímos plataformas para vender e sim para operá-las ao longo de 30 ou mais anos.

Um projeto mal concebido, com problemas de manutenção e operação, pode ocasionar paradas não previstas, cujas perdas de produção superam em muito a economia efetuada pela opção do baixo custo inicial. Para isto existem as especificações e normas técnicas da Petrobrás, complementando as recomendações mínimas das internacionais, que reúnem o conhecimento acumulado ao longo de sua existência. Para aferir, basta o depoimento de um responsável pela operação de uma plataforma afretada, sobre as simplificações que visam redução de custo: “Se fosse construir para mim, faria diferente; mas, se fizesse as alterações necessárias, perderia a licitação. Mais honesto e conciso é impossível.

Abastecimento

Na área do Abastecimento, a situação é semelhante. Após os projetos da Refinaria do Nordeste (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) pelo Cenpes e Engenharia, entregou-se o das Refinarias Premium para a americana UOP e

subcontratadas (Foster Wheeler, APS e outras). Em resposta à correspondência da AEPET, a direção da Petrobrás informou que os técnicos da companhia estavam envolvidos em outros projetos e que a UOP faria a integração de todo o empreendimento, como se fosse algo inédito. Ocorre que, o Cenpes, associado com a francesa AXENS, já havia feito o projeto do COMPERJ, com integração energética, que foi vencedor numa licitação onde também concorreu a UOP. O projeto das Premium, como previra a AEPET, atrasou e poderia ter sido executado perfeitamente pelo corpo técnico da Petrobrás.

No ano passado, foi contratada a empresa americana MUSTANG para comentar os projetos de Hidrotratamentos (HDT) realizados pelo Cenpes. A iniciativa reavivou o velho complexo de “vira-lata”, de Nelson Rodrigues, para o qual “o estrangeiro sempre faz melhor”. Para piorar a situação, a americana não é licenciadora da tecnologia, mas apenas uma empresa de detalhamento, que acabou ganhando para aprender sobre nossos projetos e aumentar seu banco de dados objetivando vender mais serviços. Algo que a KBC vem fazendo há mais de dez anos: vender consultoria sobre aquilo que os técnicos já sabiam e registram em seus relatórios internos.

O grande número de equipamentos comprados pela Petrobrás num tempo reduzido tem encontrado dificuldades de atendimento pelos fornecedores tradicionais. A inclusão de alternativas não cadastradas na Ásia e no próprio Brasil, tem causado atrasos e não aprovação nos pareceres técnicos.

O ritmo de extração de petróleo não só é prejudicial aos interesses das futuras gerações, como também está levando a Petrobrás a adotar práticas que não fazem parte de sua história de sucesso.

Fazer ou contratar

Esta é uma decisão que divide opiniões. Em princípio, deve-se procurar executar todas as tarefas que estejam ligadas à sua atividade-fim. Numa instalação industrial, não há restrições a que ela se dedique à construção e montagem. Porém, isto não pode dispensá-la das responsabilidades de projeto, operação, inspeção e manutenção de equipamentos críticos por via de terceirizações.

Caso contrário, vai se tornar uma empresa de papel, perdendo capacitação, e, sem acúmulo e desenvolvimento de tecnologia, estará fadada ao desaparecimento.

Nunca ouvi alguém falar contra o desenvolvimento de tecnologia - embora alguns achem que possam comprá-la como se fosse um mero manual ou equipamento - poucos, porém, entendem seu significado. Quando ouvir o discurso que uma atividade é repetitiva, que devemos nos concentrar no medular, que é mais importante fiscalizar que executar, é hora de parar para discutir.

O que devemos ter em mente é que, mesmo que alguém externo possa executar uma atividade, seu olhar será sempre diferente do empregado próprio. Este estará preocupado em saber se a unidade industrial suportará todas as condições emergenciais, se terá menor custo total, incluindo a operação e manutenção e não apenas o custo inicial de aquisição. Afinal, passado o período de garantia, quando o fabricante deve responder pelas falhas, - o que nem sempre acontece - o equipamento ficará por trinta ou mais anos sob a responsabilidade dos empregados.

As companhias passam por modas. Já houve a dos equipamentos robustos para durar campanhas operacionais de seis anos; nos dias atuais, está em voga a do menor custo inicial. Certamente pode ser válida para um investidor cujo pensamento seja ganhar por montar negócios e passar adiante, como uma OGX ou consórcio de bancos; no mínimo discutível, para quem vai ficar com a instalação por mais de vinte anos.

Contratos globais

Tem proliferado a modalidade de contratos globais, onde a contratada fica responsável por fornecer, a partir de um projeto básico, a unidade pronta, com todos os equipamentos montados e instalados, prontos para operar.

Os defensores da modalidade alegam maior facilidade de gerenciamento das interfaces existentes entre os fabricantes e montadoras, redução da mão-de-obra própria exigida para a fiscalização e outras tarefas, e menores prazos. Como tudo na vida, nada sai de graça, nem é o que parece ou é prometido. Sabe disso quem já fez uma pequena obra doméstica.

O consórcio, munido de um grupo de engenheiros e advogados, se debruça sobre o projeto, para reduzir custos e a qualidade dos equipamentos e instalações, atrás de cada brecha ou palavra nas especificações. Monta-se uma fábrica de pedidos de alterações ("change-orders") para revisar as pequenas mudanças que ocorrem naturalmente em qualquer projeto. Na outra ponta, pressionam os fabricantes e fornecedores para reduzir ao mínimo qualquer margem de segurança e boas práticas de engenharia.

É nítida, para qualquer técnico, a diferença entre a qualidade e a boa vontade nas discussões, quando se compra um equipamento diretamente com o fabricante e quando se admite o consórcio como intermediário. A maioria dos consórcios tem pouca ou nenhuma experiência em instalações industriais. Geralmente fizeram grandes obras em estradas e construção civil.

A lista de fornecedores é outro grande problema. Sempre há a

inclusão de empresas sem experiência reconhecida e o resultado se evidencia na fabricação ou, o que é pior, na entrega do equipamento, quando há pouco ou nada a fazer. Como há prazos definidos para cada etapa, - caso contrário a planta não parte - e há contratos de fornecimento a serem cumpridos e prejuízos pelos atrasos, dá para imaginar o nível de pressão com que trabalha cada técnico envolvido. Quando a empresa fica no exterior, a inspeção é ainda mais complicada e o problema se agrava. Mas, ainda há um contrato pior. É o chave-na-mão ("turn-key").

Contratos "turn-key"

Esta modalidade é normalmente praticada por países com baixo nível tecnológico, ou em nichos industriais nos quais o conhecimento local acumulado seja muito reduzido. Estes contratos, praticados no Brasil há mais de trinta anos em algumas áreas, foram gradativamente substituídos à medida em que o conhecimento técnico local foi aumentando.

Com a explosão da demanda em alguns segmentos, acabaram sendo praticados sob a justificativa de falta de mão-de-obra qualificada em quantidade suficiente. Neste caso, não há projeto básico pronto, mas apenas um conceitual e especificações técnicas detalhando em maior ou menor grau cada unidade pretendida. O nível de interferência interna para adequá-las às suas exigências, práticas operacionais, manutenção, limitações dos fornecedores locais, é infinitamente menor. Até porque, se a mão-de-obra era pretensamente insuficiente naquele momento - se verdadeiro, pois muitas vezes esta afirmação é falsa ou apenas decorrente de um planejamento mal feito, ou de exigência de prazos absurdos -, não haverá recursos para fiscalizá-lo no grau de detalhe recomendado.

Complexo de vira-lata

Por fim, uma instituição nacional ainda muito presente: "projetistas internacionais sabem fazer melhor que nós". Passamos por uma fase em que empresas de consultoria recebiam por propor o que os técnicos da empresa já haviam sugerido em seus relatórios, sem serem levados em consideração. Como foi o caso da empresa americana KBC, "contratada para realizar análise de desempenho operacional de quatro refinarias da Petrobrás, recebendo US\$ 15 milhões por um período de três anos. A consultora americana perceberia adicionalmente um prêmio por sugestão implementada, quando resultasse em ganho para a Petrobrás", conforme correspondência enviada, em 12 de junho de 2002 ao Gerente Executivo de Abastecimento pela direção da AEPET e reproduzida no Boletim número 249. Internamente, ironizava-se dizendo que era porquê, agora, estava escrito em inglês.

Práticas internas, resultado de anos de experiência, têm sido excluídas sob a recomendação de seguir outras de empresas internacionais, sob a justificativa de menor investimento inicial. Ocorre que, nas primeiras paradas para manutenção, a economia inicial acaba superada pelas alterações e substituições necessárias.

Poucas companhias no mundo têm a possibilidade de ter pessoal qualificado para executar projetos como a Petrobrás, com dados de unidades de bancada e plantas pilotos em seu centro de pesquisas e unidades operacionais; acompanhar a construção e operação, colher os resultados e realimentar os projetos futuros.

As experiências colhidas ao longo dos últimos empreendimentos devem servir de subsídio para uma profunda reflexão sobre como podemos ganhar em qualidade, prazo e custos. Para isso, basta ouvir os técnicos.

Diomedes Cesário da Silva, vice-diretor de comunicações

Empreendimentos da Petrobrás na área de refino

A AEPET enviou carta ao engenheiro Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobrás onde demonstrou preocupação em relação à condução dos empreendimentos da AB-RE (Carteiras de gasolina e de diesel), do RNEST e do COMPERJ. Segundo a AEPET, as exigências técnicas estão sendo reduzidas a níveis que se chocam com a experiência operacional, de manutenção e segurança da Petrobrás para atender prazos estabelecidos, incompatíveis com a complexidade das obras.

Carta AEPET- 008/10 de 03/03/2010 - Confira ao lado o documento na íntegra:

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ
www.aepet.org.br

Presidente: **Fernando Siqueira**
Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**
Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**
Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**
Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**
Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**
Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**
Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilardo**
Diretor Cultural : **João Victor Campos**
Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**
Conselho Fiscal
Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamilcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi
Núcleos
Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes /
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira
Delegados
Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espirito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto
Redação
Jornalista Responsável: Renata Idalgo - MTB 23489 JP
Reportagem: Julio César Lobo
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globocom
Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Monitor Mercantil
Tiragem: 15.900 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

AEPET completará
50 anos no dia 17
de Outubro de
2011.



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 008/10

Rio de Janeiro, 03 de março de 2010.

Ao
Eng. Paulo Roberto Costa
M.D. Diretor de Abastecimento da
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás
Av. Chile,65
Nesta

Assunto: *Empreendimentos da Petrobrás na área do refino*

Prezado diretor,

A diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) traz à consideração de V.Sa., nossas preocupações sobre a forma como estão sendo conduzidos os empreendimentos do AB-RE (Carteiras de Gasolina e de Diesel), do RNEST e do COMPERJ. As exigências técnicas estão sendo reduzidas a níveis que se chocam com a experiência operacional, de manutenção e segurança da Petrobras para atender prazos estabelecidos, incompatíveis com a complexidade das obras.

2. O cronograma dos empreendimentos é desafiador, sem paralelo em sua história. Apesar da crise mundial, os fornecedores tradicionais de equipamentos e serviços da companhia no país e no exterior estão com carteiras tomadas, levando a Petrobrás para atender aos prazos estabelecidos, a adquirir projetos básicos de licenciadoras (UOP, AXENS, HLDOR TOPSOE, etc.) com escopo inadequado e insuficiente, além de aceitar a aquisição de equipamentos em empresas sem tradição e experiência em áreas especializadas. Tem-se casos onde o fornecimento foi colocado com empresa sem experiência comprovada, com preço superior, por ser o único a aceitar o prazo solicitado. Posteriormente, por dificuldades no cumprimento dos requisitos técnicos tal empresa, não atendeu ao prazo estabelecido por uma larga diferença, comprometendo os empreendimentos de maneira irreversível.

3. Consideramos, também, preocupante o fato de que as normas Petrobrás estão sendo revistas, sob a justificativa de redução de custos e prazos de fornecimento sem a necessária evidencia objetiva. Recentemente decidiu-se que a coordenação de normas técnicas seria ocupada por gerentes e não mais por especialistas, como ocorre em qualquer companhia de tecnologia. Como se sabe, as normas Petrobrás consolidam sua experiência técnica e devem ser adicionadas às internacionais, que são consideradas como requisitos mínimos recomendados. Elas são as responsáveis pela longevidade e segurança de suas instalações.

4. Para complicar ainda mais, a companhia está em processo de treinamento de parcela de seu quadro técnico recentemente admitido e ainda sem a necessária experiência para atender ao desafio do crescimento da atual demanda de serviços. Há uma lacuna de técnicos em função da interrupção das admissões nas décadas de 80 e 90, que a faz aposentar os mais experientes, sem ter tido o tempo necessário para treinar os novos. Temos inúmeros casos de engenheiros que atuam na área técnica sendo pressionados a aceitar equipamentos ou serviços em desacordo com as práticas tradicionais da Petrobrás, ou abrindo mão de exigências contratuais para cumprir prazos ou porque a contratada não conseguiu cumpri-las. Isso é inadmissível e vai contra o Código de Ética Profissional do CONFEA/CREA, além de comprometer a segurança operacional e patrimonial da Petrobrás, pondo-se em risco a sua credibilidade e competência.

5. Em vista do exposto, solicitamos que sejam revistas as orientações atuais, compatibilizando-as com as boas práticas utilizadas em toda a história da companhia.

Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET

Resposta da Petrobrás- Carta DABAST-40.024/2010 de 07/04/2010

Em referência à Carta 008/10 da AEPET, a Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, através do seu diretor Paulo Roberto Costa comenta alguns pontos destacados pela AEPET no que concerne a aquisição de equipamentos e também em questões que envolvem a revisão dos padrões da empresa em relação à segurança e confiabilidade.

Confira ao lado o documento na íntegra da resposta da Petrobrás:

PETROBRAS

DABAST-40.024/2010

Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2010

Ilm^{os} Srs.

Diretores

Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET

Rio de Janeiro – RJ

Referência: Sua carta 008/10, de 3/3/2010

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento de sua correspondência acima e vimos esclarecer diversos pontos nela abordados, a fim de aprofundar a compreensão dos processos envolvidos, na busca de convergência e entendimento das constantes mudanças pelas quais nossa empresa vem passando no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Com relação à aquisição de tecnologia e projetos básicos, esta tem sido realizada junto a empresas que têm várias unidades em operação no mundo, portanto, com perfeito conhecimento do desempenho dessas plantas. O projeto é totalmente acompanhado pelos técnicos da empresa, garantindo que a experiência da Petrobras seja considerada em todas as etapas.

Os processos de aquisição de equipamentos vêm sendo conduzidos dentro de rígidos padrões de qualificação de fornecedores, considerando preferencialmente a possibilidade de compra destes itens no país, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento consoante as diretrizes do PROMINP. É bem verdade que o aquecimento do mercado tem trazido alguns percalços no que tange a prazos, mas este é um fenômeno que todas as empresas do setor petróleo têm experimentado, não sendo esta uma exclusividade da Petrobras.

As questões que envolvem a revisão dos padrões da empresa também têm sido tratadas de forma estruturada. Tal revisão não abre mão das questões de segurança e confiabilidade, e busca ainda equacionar o equilíbrio necessário entre a excelência técnica, a economicidade e a competitividade, buscando a otimização dos recursos e a simplificação dos processos através da otimização da relação custo/benefício que delas resultam, sendo este o norte que vem sendo adotado no esforço de reavaliação

de nosso acervo técnico.

Por outro lado, cabe destacar toda a preocupação que a empresa vem tendo com a questão da preservação de conhecimento e competências. Em 2009, a Petrobras, por intermédio da Área de Negócio de Abastecimento, foi reconhecida com o Prêmio MAKE – Most Admired Knowledge Enterprise, estando entre as 10 empresas brasileiras mais admiradas pela sua Gestão do Conhecimento. Esta premiação reconheceu o esforço da gestão do Abastecimento na implantação de ações efetivas que buscam identificar, desenvolver, compartilhar, preservar e proteger conhecimentos diferenciados. Relacionamos a seguir algumas práticas que constituem evidências objetivas deste esforço: Rodízio Técnico, Rodízio Gerencial, Tutor e Aprendiz, Encontros Técnicos, Desenvolvimento de Coordenadores, Potenciais Gerentes, Mestres e Doutores (com 193 áreas de conhecimento priorizadas, objetivando o desenvolvimento futuro), Disseminação de Conhecimentos Críticos, Lições Aprendidas com a implantação do SINAPSE e integração com a Engenharia, dentre outros.

Os resultados alcançados pela Petrobras nos últimos anos vêm sendo reconhecidos sistematicamente por entidades externas e o seu crescimento contínuo e estruturado, mesmo em um cenário de incertezas como o que tomou conta do mundo no final de 2008 e ao longo de 2009, tem demonstrado o acerto das políticas aqui brevemente apresentadas. Entendemos, contudo, a preocupação desta Associação com os destinos da empresa e nos colocamos sempre à disposição para, havendo dúvidas, apresentar os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Costa
Diretor

AO SE APOSENTAR, CONTINUE SÓCIO DA AEPET

O petroleiro e associado da AEPET, ao se aposentar, pode continuar nos quadros da Entidade. Para tanto, EPET e desfrutando dos benefícios oferecidos pela Entidade. E o mais importante: continuará contribuindo óleo. Continue na AEPET e convide os seus amigos para que se associem.

Acesse o portal da AEPET - www.aepet.org.br

Resposta da AEPET à Carta DABAST-40.024/2010 de 07/04/2010

Nas cartas de 31 de abril, 14 de junho e 20 de julho, (observe que foram enviadas três cartas até chegar a uma nova resposta da Petrobrás), a AEPET busca colaborar com a solução dos problemas referentes aos empreendimentos na área de refino emitindo vários comentários sobre a prática da aquisição de projetos básicos sem escopo bem definido, o que compromete o atendimento aos prazos estabelecidos para as licitações dos equipamentos e também a abertura de licitações antecipadas dos equipamentos críticos. Na ocasião, a AEPET sugeriu à Petrobrás, uma análise criteriosa e imediata dos problemas ocorridos nos últimos empreendimentos no que tange aos prazos e processos licitatórios.

Cartas AEPET- 019/10 de 14/06/ 2010

Confira as cartas na íntegra abaixo:



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 019/10

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2010

Ao
Eng. Paulo Roberto Costa
M.D. Diretor de Abastecimento da
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras
Av. Chile, 65
Nesta

Assunto: *Empreendimentos da Petrobras na área de refino*

Referência: *Carta DABAST – 40.024/2010 de 07/04/2010*
Carta AEPET – 008 de 03/03/2010

Prezado Diretor,

Agradecemos os comentários e considerações que nos foram enviados em resposta à nossa correspondência em referência. Com o intuito de colaborar na solução dos problemas, nos permitimos elaborar os comentários que se seguem:

1. A capacitação técnica das licenciadoras (UOP, AXENS, HALDOR TOPSOE, etc.) não foi a questão avaliada, mas sim, a prática de aquisição de projetos básicos sem um escopo bem definido, comprometendo o atendimento aos prazos estabelecidos para as licitações dos equipamentos. Visto que, devido à inadequação e conteúdo insuficiente da documentação fornecida, houve a necessidade de complementação com documentos adicionais emitidos pelo CENPES, ENGENHARIA e UN's, em regime de urgência e com as licitações em curso.
2. A abertura de licitações antecipadas dos equipamentos críticos, que estarão sujeitos em operação a serviços severos e letais, sem a documentação adequada, ocasionou inúmeros pedidos de esclarecimento técnicos dos proponentes, resultando no atraso do processo licitatório, levando inclusive muitas licitações a serem canceladas e re-licitadas. Devido ao significativo atraso ocasionado por estas pendências, optou-se por, em detrimento da qualidade, privilegiar a aquisição destes equipamentos em fornecedores com ofertas de prazos reduzidos, mesmo sem qualquer tradição de fornecimentos de trabalhos similares para a PETROBRÁS. Atualmente, como resultado desta precipitação, existem alguns equipamentos, já prontos e entregues, apresentando inúmeras não conformidades que impedem a sua montagem; outros, em fase final de fabricação, e muitos em que o fornecedor sequer conseguiu dar andamento à fabricação, levando à transferência para outro fabricante, e que também apresentam inúmeras não conformidades, muitas delas irreversíveis.

3. É uma situação de difícil solução; a PETROBRÁS necessita urgentemente desses equipamentos, estando inclusive sujeita ao pagamento de elevadas multas para as empresas (EPC) Engenharia Projeto e Construção, devido ao atraso na entrega dos equipamentos; porém, não há garantias de que a qualidade mínima requerida esteja sendo atendida. Certamente, constranger os engenheiros do corpo técnico da PETROBRÁS, sejam pertencentes às áreas de projeto básico, projeto executivo, processo fabril ou inspeção, a validar as não conformidades, ou abrir mão dos itens contratuais, não é a solução para esta questão.

4. Também não está em questão a qualificação do corpo técnico de engenharia da PETROBRÁS, mas sim a maneira pela qual está sendo usado. A experiência profissional deve ser utilizada pela PETROBRÁS, principalmente em ações preventivas nas fases preliminares dos empreendimentos, nas quais é possível contemplar uma documentação técnica condizente com essa experiência e que assegure, de antemão, a qualidade, preços e prazos compatíveis. A experiência não deve ser utilizada para avaliar e validar fatos consumados que poderiam ter sido evitados, caso a ânsia de atender aos prazos contratuais inexecutáveis não tivesse prevalecido em detrimento da qualidade técnica.

5. Quanto às Normas Técnicas da PETROBRÁS, desconhecemos qualquer estudo técnico/gerencial, interno ou externo, que conclua que as Normas Técnicas da PETROBRÁS tenham tido impacto negativo sobre o preço de equipamentos. Os preços mais elevados costumam estar associados aos requisitos das Informações Básicas dos Empreendimentos (IBEs), de SMS e prazos irreais para os empreendimentos, considerando as limitações de um mercado com poucos fornecedores qualificados.

6. Acreditamos que a análise criteriosa e imediata dos problemas ocorridos nos últimos empreendimentos será imprescindível para a PETROBRÁS readequar seus prazos e processos licitatórios, sem a qual a situação de não conformidades dos equipamentos críticos se tornará insustentável e poderá inclusive comprometer seriamente a segurança das novas unidades que estão sendo construídas.

Atenciosamente,

Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20044-900 - Tel: (021)2533-1110 - Fax:(021)2533-2134
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br - Página: <http://www.aepet.org.br>

deverá assinar e encaminhar a nova autorização de desconto à Petros, garantindo sua permanência na A com a luta em defesa do Sistema Petrobrás e seu corpo técnico e da soberania do Brasil sobre o seu petr

rg.br - em associe-se e preencha a ficha.

Em resposta às cartas enviadas pela AEPET, a Petrobrás concorda com a Associação que "promover aquisições de equipamentos, projetos ou serviços de construção e montagem, sem uma definição do escopo, é totalmente ineficiente na implantação de um empreendimento".

**Confira o documento na íntegra abaixo:
Carta DABAST-40.050/2010 de 30/07/2010**

**PETROBRAS**

DABAST-40.050/2010 Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2010

Ilm^{os} Srs.
Diretores
Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET
Rio de Janeiro - RJ

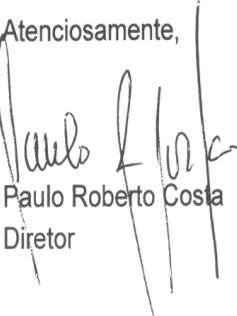
Assunto: Suas cartas 019/10 de 14/06/2010 e 022/10 de 20/07/2010

Com relação aos assuntos abordados acima, apresentamos algumas considerações:

Concordamos com a visão de que promover aquisições de equipamentos, projetos ou serviços de construção e montagem, sem uma definição clara do que queremos (escopo) é totalmente ineficiente na implantação de um empreendimento. A própria sistemática de gestão de projetos da Petrobras é clara neste particular.

Com relação aos equipamentos, informamos que todas as aquisições se dão em fornecedores tradicionais no mercado e cadastrados na Petrobras que se submetem às auditorias e inspeções que realizamos. Os problemas que existiram em alguns fornecimentos, foram ou estão sendo solucionados e temos atuado para que os mesmos não venham a se repetir em futuros projetos.

Finalmente, informamos que a partir de orientação da Diretoria Executiva da Petrobras, tem sido desenvolvido trabalho de Simplificação do Sistema Normativo da empresa onde se busca, sempre que possível, um maior alinhamento com os padrões internacionais e com os de fabricantes tradicionais. Isto torna possível a existência de um número menor de normas específicas da Petrobras, simplificando todos os processos associados.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Costa
Diretor

Diretoria de Abastecimento
Av. República do Chile, 65 - 23º andar
Tel.: (21) 3224-2080 - Fax: (21) 3224-3180
20031-912 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Pág. 1/1

Em sua réplica, a AEPET pede novamente tendo como base a carta de 14/06/2010, que a Petrobrás observe de forma criteriosa e imediata os problemas ocorridos nos últimos empreendimentos e que avalie a proposta de um programa de "lições aprendidas", com todos os envolvidos e interessados, para uma correção de rumo.

**Confira o documento na íntegra abaixo:
Carta da AEPET 026/10 de 27 de setembro de 2010**

**AEPET**
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2010. AEPET 026/10

Ao
Eng. Paulo Roberto Costa
M.D. Diretor de Abastecimento da
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás
Av. Chile, 65
Nesta

Assunto: Empreendimentos da Petrobrás na área do refino
Ref.: Cartas AEPET 019/10 - AEPET 022/10

Prezado Diretor,

Por considerar ser de importância fundamental, para a Petrobrás, de todas as questões levantadas, reafirmamos os termos do ultimo parágrafo/conclusão da correspondência AEPET 019/10, DE 14/06/2010 e entendendo que uma análise criteriosa e imediata dos problemas ocorridos nos últimos empreendimentos será imprescindível para a Petrobrás readequar seus prazos e processos licitatórios.

Desta forma, sugerimos que seja avaliada a proposta de ser imediatamente iniciado um programa de "lições aprendidas", com todos os envolvidos e interessados, para uma correção de rumo, sem a qual a situação de não conformidades dos equipamentos críticos se tornará insustentável e poderá, inclusive, comprometer seriamente a segurança das novas unidades que estão sendo construídas.

Atenciosamente,

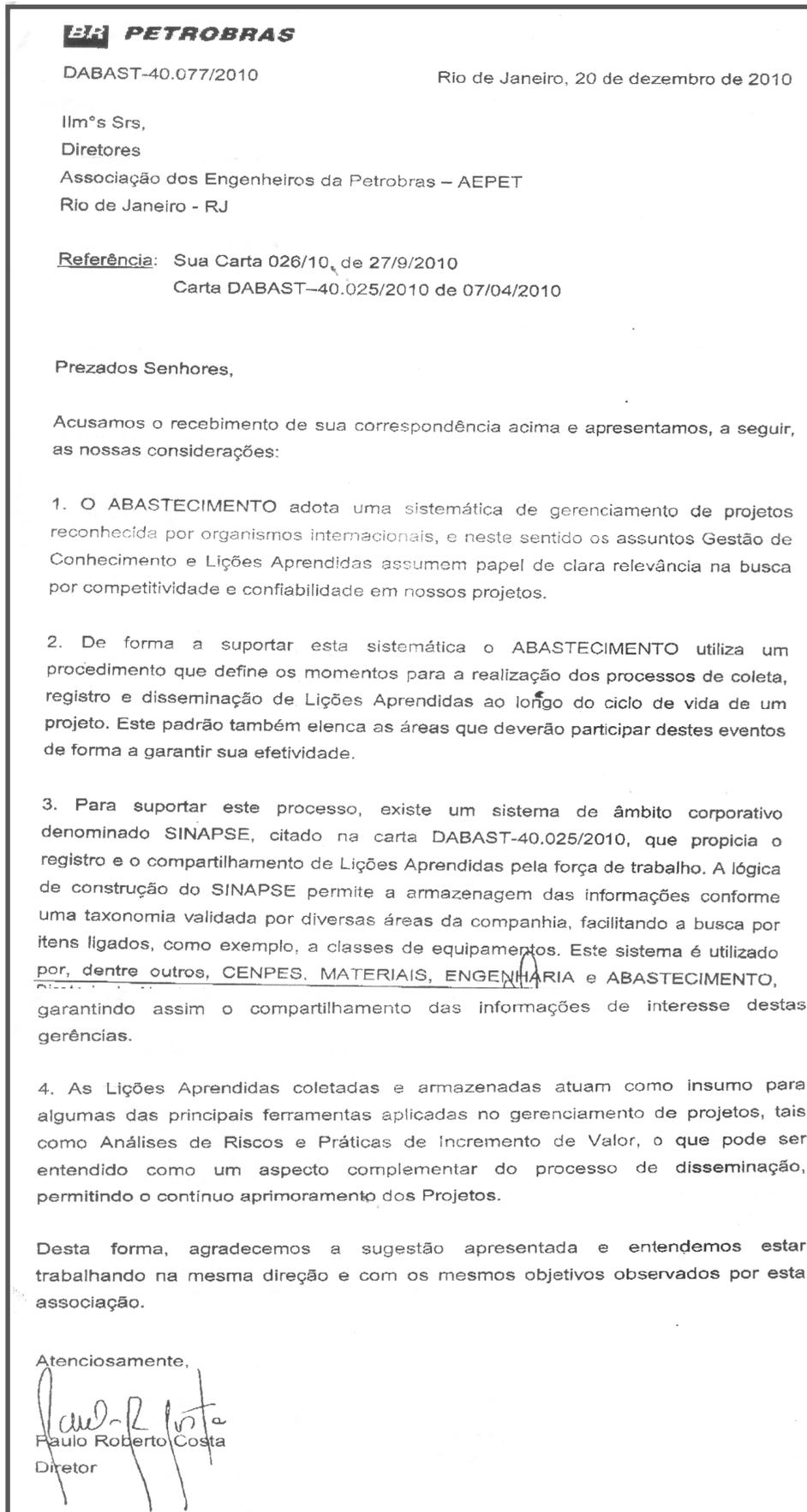
Pedro da Cunha Carvalho
Presidente em exercício

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20044-900 - Tel: (021)2533-1110 - Fax:(021)2533-2134
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br - Página: <http://www.aepet.org.br>

Resposta da Petrobrás- Carta DABAST-40.077/2010 de 20 de dezembro de 2010

Em resposta a carta da AEPET de 026/10 de 27 de setembro de 2010, o diretor Paulo Roberto Costa fez considerações sobre o abastecimento que segundo ele, adota uma sistemática de gerenciamento de projetos reconhecida por organismos internacionais. Em relação às lições aprendidas coletadas e armazenadas, o diretor afirma que atuam como insumo para algumas das principais ferramentas aplicadas no gerenciamento de projetos, tais como Análises de Riscos e Práticas de Incremento de Valor.

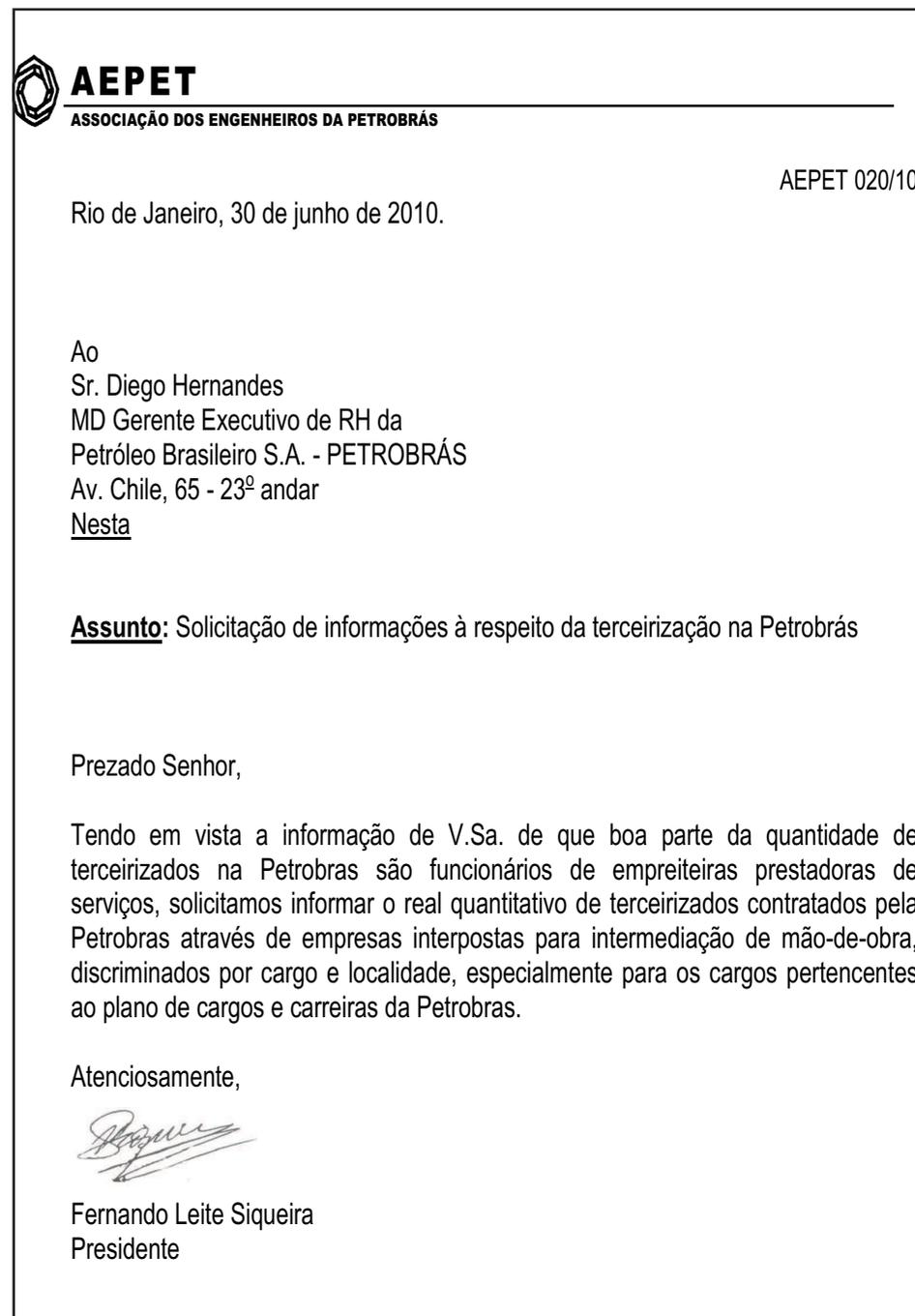
**Confira o documento na íntegra abaixo:
Carta DABAST-40.077/2010 de 20 de dezembro de 2010**



Terceirização na Petrobrás

A AEPET enviou carta para o gerente executivo de RH da Petrobrás, Diego Hernandez solicitando informações sobre o real quantitativo de terceirizados contratados pela Petrobrás através de empreiteiras prestadoras de serviço.

**Carta AEPET- 020/10 de 30 de junho de 2010
Confira o documento na íntegra abaixo:**



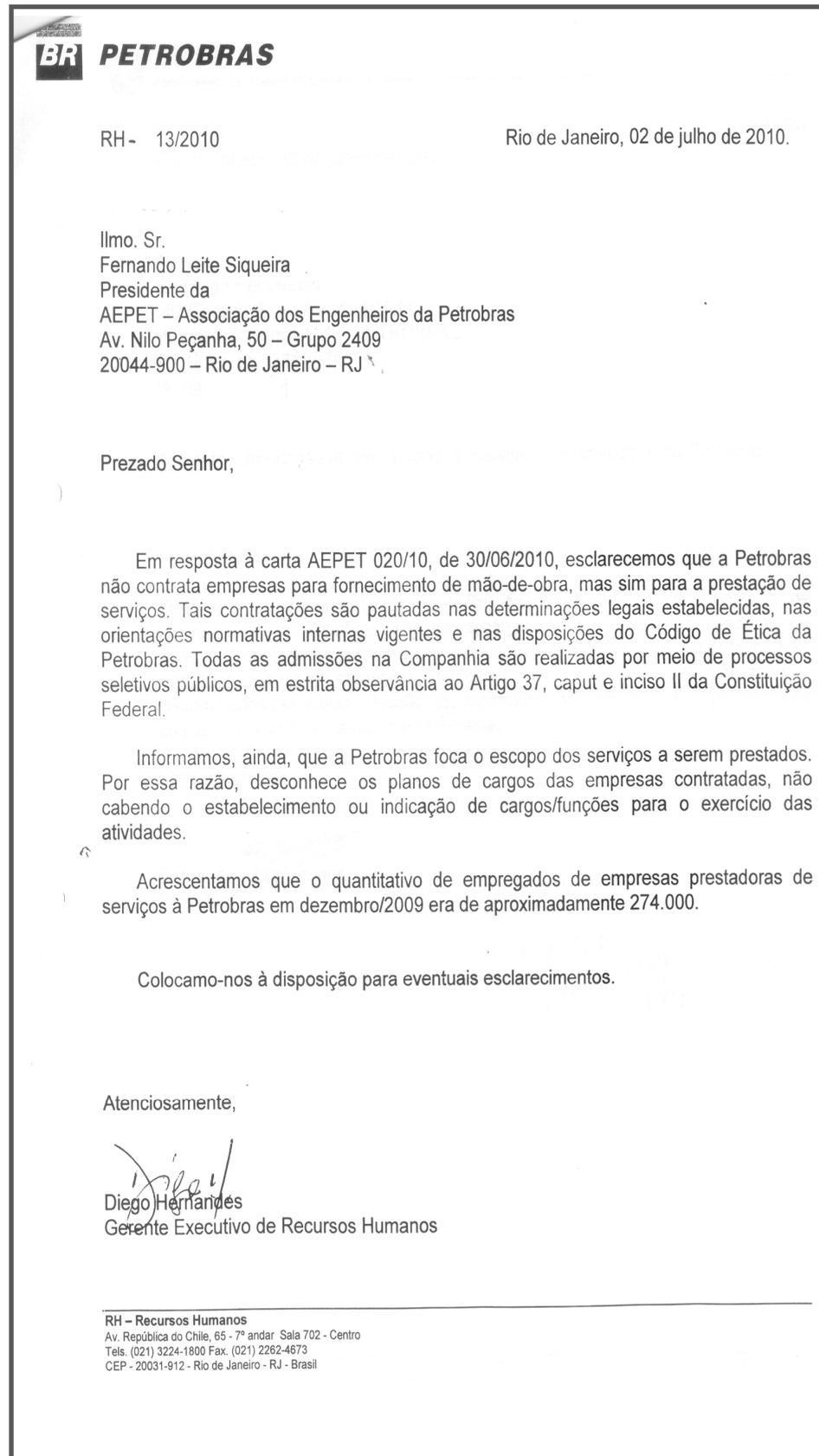
“Quem é o dono efetivo do patrimônio público? É o Estado ou o povo que contribuiu com seus recursos para pagar na forma de impostos?”

Barbosa Lima Sobrinho

Resposta da Petrobrás-Carta RH-13/2010 à carta da AEPET

Em resposta à carta da AEPET 020/10 de 30 de junho de 2010, a gerência de RH da Petrobrás esclareceu que a estatal não contrata empresas para fornecimento de mão-de-obra, e sim para prestação de serviços.

Confira o documento na íntegra abaixo:



Em recente artigo publicado na imprensa e no AEPET Notícias, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira se mostrou preocupado com o grande número de terceirizados dentro da Petrobrás, aproximadamente 300 mil terceirizados. Segundo Siqueira, a terceirização é ruim para todos: para o terceirizado porque ele não tem segurança e treinamento adequado. É obrigado a formar uma empresa para reduzir os encargos sociais. Para a Petrobrás, porque ela recebe uma mão de obra mal treinada, insatisfeita, rendendo pouco e o que é pior: é uma fonte de nepotismo e corrupção com nomeação de parentes e amigos. É ruim para os empregados concursados da Petrobrás porque são usados como fiscais de contrato. O serviço nobre fica com os terceirizados, podendo inclusive vazar informações estratégicas. “Há terceirizados fazendo trabalho em atividades fins como projeto, pesquisa, fiscalização de atividades de produção e outras atividades estratégicas. O Cenpes conta com terceirizados fazendo atividades de pesquisa, enquanto nossos mestres e PHD’s ficam fiscalizando contratos. Ou seja, a tecnologia não fica retida na Companhia com risco de irem informações tecnológicas para os concorrentes da Empresa. Havendo maior oportunidade para espionagem industrial. Já fizemos reuniões reclamando disto, mas o chefe do Cenpes é um remanescente da gerência neoliberal do Governo FHC”, disse Siqueira

Solicitação de Audiência para apresentação de Trabalho de RH na Petrobrás

Analisando o trabalho da Price Waterhouse Coopers “Desafios da visão 2020 da Petrobrás e impacto na gestão de pessoas” no que concerne a área de Recursos Humanos, a AEPET enviou carta à Petrobrás solicitando audiência para apresentação de um trabalho feito pelos associados, com especialização e experiência em recursos humanos, com sugestões e comentários relacionados ao trabalho da Price Waterhouse Coopers.

AEPET, 50 ANOS CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM BRASIL MAIS JUSTO E IGUALITÁRIO. UMA ENTIDADE ATUANTE EM DEFESA DA PETROBRÁS E DE SEU CORPO TÉCNICO

Confira o documento na íntegra abaixo: Carta da AEPET 025/10 de 21/10/2010

Confira o documento na íntegra Carta AEPET- 028/10 de 29 de novembro de 2010



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 025/10

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2010

Ao
Geólogo Guilherme de Oliveira Estrella
M.D. Diretor de Exploração e Produção
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás
Av. Chile,65
Nesta

Assunto: *Solicitação de Audiência*

Prezado Diretor,

A AEPET, dentro de suas atribuições estatutárias, tem como escopo defender a Petrobrás e o corpo técnico da Empresa.

Assim, fizemos uma análise do trabalho da Price Waterhouse Coopers “Desafios da visão 2020 da Petrobrás e impacto na gestão de pessoas” o qual nos deixou apreensivos com as conclusões chegadas para a área de Recursos Humanos da companhia.

Sendo a área dirigida por V.S. uma das que mais dependem do trabalho do corpo técnico da Empresa, vimos *solicitar-lhe uma audiência para que possamos apresentar o trabalho feito por associados da AEPET*, com especialização e experiência em recursos humanos, com sugestões e comentários relacionados com aquele trabalho, sugestões estas que somos de opinião, se adotadas pela Petrobrás, virão melhorar em muito as ações da área de RH com vistas a garantir maior sucesso nas atividades da Petrobrás na área do Pré-sal.

No aguardo de uma resposta favorável.

Atenciosamente,

Pedro da Cunha Carvalho
Presidente em exercício da AEPET

PC/mcl

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20044-900 - Tel: (021)2533-1110 - Fax:(021)2533-2134
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br - Página: <http://www.aepet.org.br>

Contratação do Projeto das Refinarias Premium

Carta AEPET- 028/10 de 29 de novembro de 2010

No dia 29 de novembro, a AEPET enviou carta ao presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli de Azevedo demonstrando grande decepção pela assinatura do contrato entre a Petrobrás e uma projetista internacional para execução do projeto de refinarias Premium I e II a ser construídas no Maranhão e Ceará. Segundo a AEPET, a decisão significa em retrocesso de mais de trinta anos.



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 028/10

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2010

Ilmo
Dr José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente do Petróleo Brasileiro S/A- Petrobrás
Av. Chile, 65/24º andar
Nesta

Assunto: *Contratação do projeto das refinarias Premium*

Tomamos conhecimento, com grande decepção, da assinatura do contrato entre a Petrobrás e uma projetista internacional para a execução do projeto das refinarias Premium I e II a ser construídas no Maranhão e Ceará. As refinarias terão módulos iguais de processamento de 300.000 barris/dia de petróleo- capacidade das nossas maiores refinarias - sendo a do Maranhão com dois módulos e a do Ceará com um.

1. A decisão significa um retrocesso de mais de trinta anos, quando na década de setenta, comprávamos projetos “chave-na-mão” (turn-key) das americanas UOP, M.W. Kellogg e Foster Wheeler. Naquela época não tínhamos capacitação consolidada para a realização de projetos deste porte.
2. Não é o que ocorre hoje, quando os técnicos da Petrobrás acabaram de finalizar os projetos básicos da Refinaria do Nordeste (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Este longo percurso foi iniciado com a criação da Engenharia Básica da Petrobrás em 1976 na área de refino e petroquímica e, em 1983, na de E&P, localizada no seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES).
3. Criava-se um modelo de integração da pesquisa tecnológica com a engenharia, retirando-se dados das plantas pilotos para projetar novas unidades industriais. Para que isto ocorresse, foi decisiva a ação do governo federal em 1975, determinando que, na compra de projetos no exterior, fosse efetuada transferência de tecnologia, evitando que o processo continuasse de forma repetitiva, sem qualquer avanço tecnológico para o País. Na época, a Petrobrás foi escolhida por ter ficado demonstrado pelos estudos governamentais realizados, ser ela a entidade que, por dispor de vasta e diversificada experiência operacional e de um corpo técnico especializado, reunia condições para capitalizar o conhecimento e desenvolver a tecnologia mais adequada ao país no campo do petróleo. Na ocasião, empresas privadas participaram também do processo de transferência junto com a Petrobrás, mas apenas a estatal teve condições de manter sua equipe, até porque o mercado nacional não possuía escala para tecnologias restritas, onde a Petrobrás era a operadora, com condições de ter informações para aperfeiçoar e inovar o processo.
4. Logo, porém, as empresas privadas compreenderam que seu grande mercado não era a engenharia básica, mas a de detalhamento, onde se concentravam mais de 85% dos homens-horas de projeto. E, evidentemente, na construção e montagem dos equipamentos, onde eram despendidos mais de 80% dos custos do empreendimento.
5. A engenharia básica, entretanto, tem um papel fundamental para a Petrobrás e o País. Nesta etapa são tomadas as decisões conceituais que direcionarão as tecnologias de forma a propiciar sua construção no país ou reservá-las para três ou quatro empresas no exterior. Evidentemente as grandes companhias internacionais têm interesse em deter esta fase, pois permite o direcionamento para fabricantes e empresas de engenharia associadas ou parceiras.

Neste momento, infelizmente, sempre há empresas nacionais que se prestam a participar destas associações e cumprir algum tipo de exigência legal. A grande maioria, porém, prefere trabalhar com a Petrobrás como parceira, pois sabe que terá um mercado mais seguro e com condições de crescimento, sem contar, é claro, com seu papel de constituir uma elite empresarial nacional e independente.
6. A nota da Petrobrás aos investidores informa que “o principal critério de escolha foi o resultado econômico global das refinarias, considerando custos de instalação, operação e receita proporcionados pelos derivados a serem produzidos.” Ocorre que ninguém faz isto melhor que a Engenharia Básica do Cenpes (EB), que tem competência técnica e conhece a realidade nacional como ninguém. No projeto do COMPERJ, a EB foi obrigada a concorrer com projetistas internacionais e acabou sendo escolhida por ter o melhor projeto. Internamente, porém, a justificativa dada aos técnicos foi o curto prazo disponível para a realização dos estudos e projetos, num momento em que a equipe da Petrobrás estava envolvida com o projeto do COMPERJ. Todos sabiam, entretanto, que os prazos requeridos eram inexequíveis e inadequados, até porque os fabricantes dos equipamentos não conseguiriam atender aos cronogramas solicitados.
7. Foi o que se verificou nos projetos da RNEST e COMPERJ, mesmo buscando fornecedores alternativos, sem a necessária experiência e histórico de fornecimento. Os vários problemas ocorridos na fabricação de equipamentos no País e exterior têm demonstrado a afirmação.

Por todas estas razões, temos a convicção de que a decisão da escolha da UOP ou outra empresa externa deveria ser revista e a realização dos projetos entregue à equipe técnica do CENPES, que possui a competência e conhecimento, já sobejamente demonstrados nos projetos das unidades em operação.

Fernando Leite Siqueira
Presidente

C/c.: Diretoria da Petrobrás

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20044-900 - Tel: (021)2533-1110 - Fax:(021)2533-2134
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br - Página: <http://www.aepet.org.br>

Resposta da Petrobrás

Carta DE&P –50.019/2010

Em 12 de maio de 2010, o assessor da diretoria de exploração e produção da Petrobrás, Ricardo Latgé afirma que “o desligamento dos seis geofísicos juniores foi suportado em criteriosa e adequada avaliação técnica e dentro das formas normativas vigentes na Lei”.

Confira o documento na íntegra abaixo:

Carta DE&P –50.019/2010



DE&P-50.019/2010 Rio de Janeiro, 12 de maio de 2010

Ao Senhor
Eng. Fernando Siqueira
Presidente
Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET
Avenida Nilo Peçanha 50, Grupo 2409, Centro
20020-906 Rio de Janeiro, RJ

Assunto: Demissão de seis geofísicos juniores, na Universidade Petrobras

Ref.: Carta datada de 03 de maio de 2010

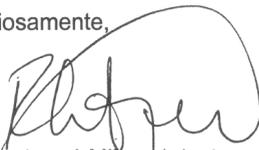
Prezado Presidente,

Informamos que o assunto em epígrafe foi analisado por esta Diretoria de Exploração e Produção, conjuntamente com gestores da Gerência de Recursos Humanos da Petrobras.

Bem sabe esta egrégia entidade a importância dada pela Petrobras ao treinamento de seus quadros profissionais, uma das bases fundamentais do seu sucesso empresarial. Espera-se também do empregado a observância e superação das exigências mínimas definidas para a comprovação de proficiência nas matérias que lhe são oferecidas.

Da análise do caso em questão, concluímos que o processo de desligamento dos seis geofísicos juniores, participantes da segunda turma do Curso de Geofísica 2009, conduzido pelo RH/UP desde 05/10/2009, foi suportado em criteriosa e adequada avaliação técnica e dentro das formas normativas vigentes na Lei.

Atenciosamente,


Ricardo Latgé Milward de Azevedo
Assessor do Diretor

c.c.: RH; RH-UP

DE&P - Diretoria de Exploração e Produção
Avenida República do Chile, 65 - 23º andar
Tels.: +55 21 2534-1100 Fax: +55 21 2220-3911
20031-912 Rio de Janeiro, RJ – Brasil.
Endereço eletrônico: dep@petrobras.com.br

Assistência Médica Supletiva-AMS

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão da AMS-Assistência Médica Supletiva, instrumento primordial na gestão de pessoal da Petrobrás, a AEPET enviou carta ao presidente da Petrobrás, Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo solicitando audiência para apresentar um documento com sugestões e propostas para a AMS.

Confira o documento na íntegra abaixo:
Carta AEET 029/10



AEPET 029/10

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2010

Ilmo
Dr José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente do Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás
Av. Chile, 65/24º andar
Nesta

Assunto: *Solicitação de audiência*

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET tendo em vista contribuir para o aprimoramento da gestão da Assistência Médica Supletiva –AMS vem pela presente solicitar a V.S. uma audiência com o propósito de apresentar sugestões visando melhorar o seu desempenho, por entendê-la instrumento primordial na gestão de pessoal da PETROBRÁS.

A AEPET vem acompanhando junto seus associados crescente insatisfação com o atendimento da AMS visto constatar-se um declínio na qualidade dos serviços prestados aos empregados e a seus dependentes.

Tratando-se de um poderoso instrumento gerencial sempre utilizado pela Empresa como atrativo de novos empregados, bem como sua fixação na Petrobrás é necessário que esse benefício seja considerado como um investimento e não um custo.

A AEPET no intuito de contribuir para que tais fatos devam ser objeto de atenção por parte da PETROBRÁS solicita a V.S uma audiência, quando a par de expormos fatos observados, iremos apresentar um documento com sugestões e propostas a serem estudadas visando aprimoramento da AMS.

Atenciosamente,

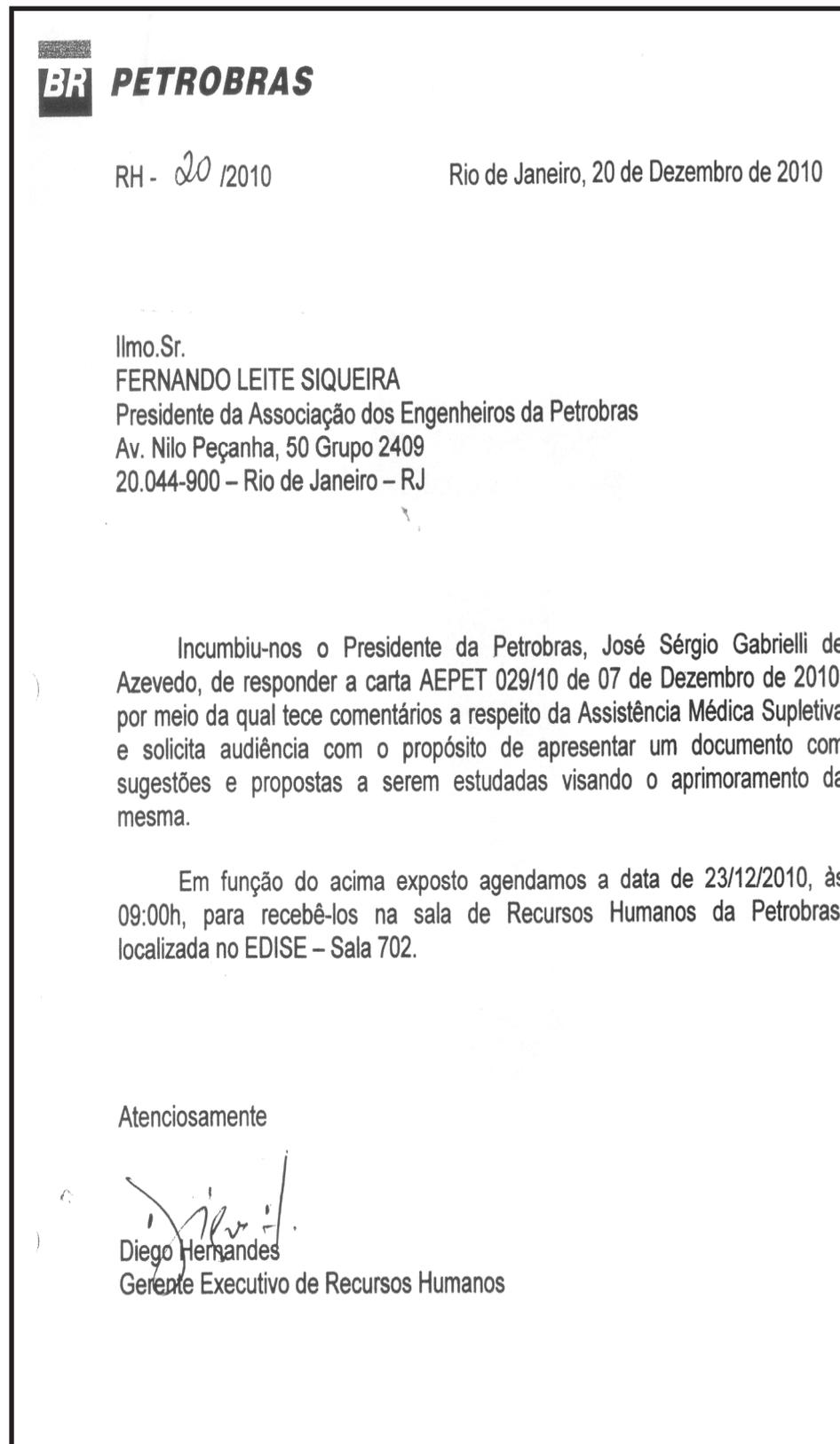

Fernando Leite Siqueira
Presidente

**A SOBERANIA BRASILEIRA NÃO PRESCINDE DE
UMA ENTIDADE ATENTA, HÁ 50 ANOS,
ESSENCIALMENTE NACIONALISTA.**

Resposta da Petrobrás- Carta RH 20/2010 de 20 de dezembro de 2010

Em 20 de dezembro de 2010, o gerente de Rh da Petrobrás, Diego Hernandez agendou para 23/12 a ida de representantes da AEPET ao EDISE- Sala 702. Entretanto não houve audiência com o presidente.

Confira o documento na íntegra abaixo:

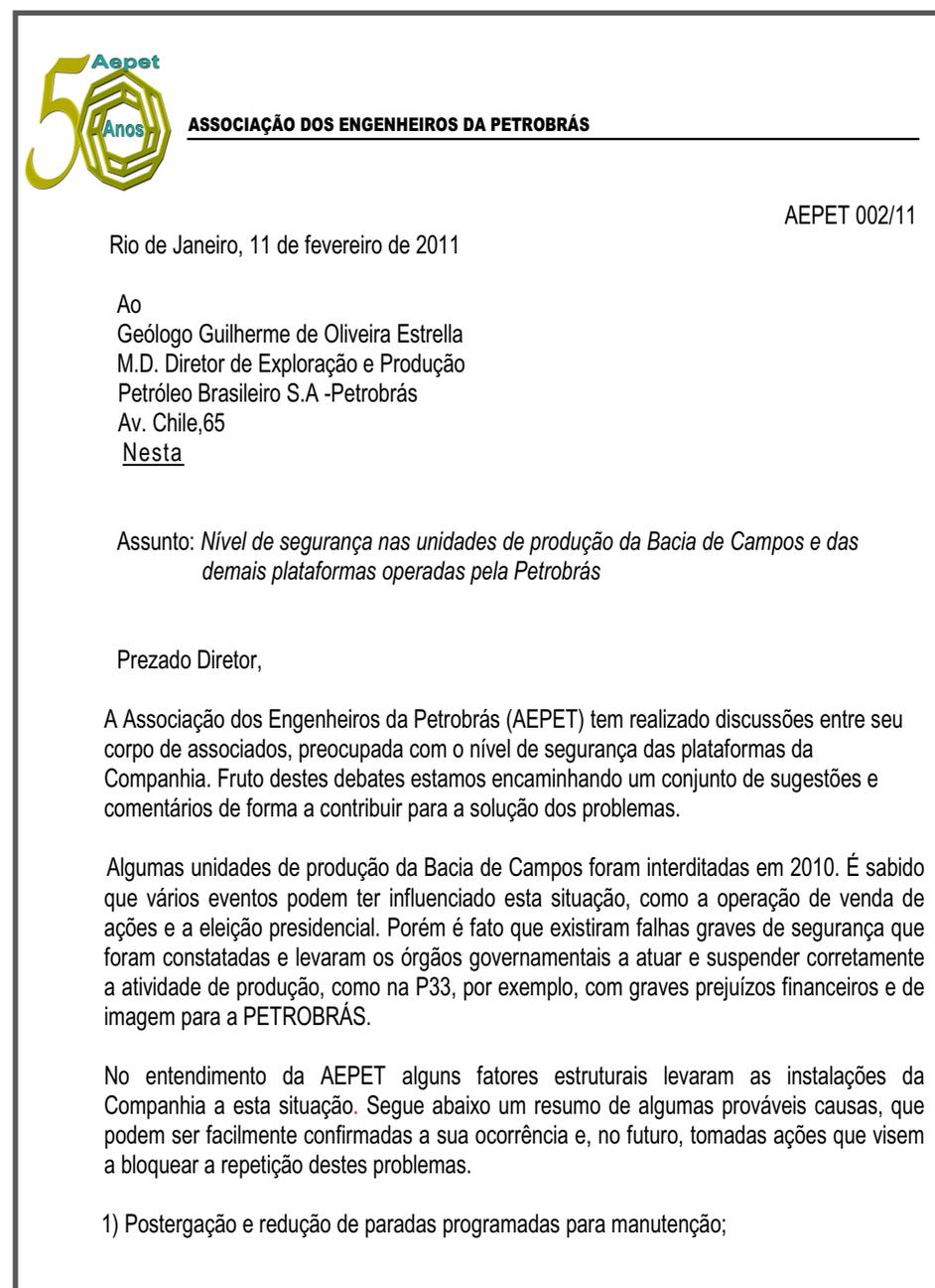


Nível de segurança nas unidades de produção da Bacia de Campos e das demais plataformas operadas pela Petrobrás

Preocupada com o nível de segurança das plataformas da Companhia, a AEPET enviou carta ao geólogo Guilherme de Oliveira Estrella, M. D. Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás onde encaminhou um conjunto de sugestões e comentários a fim de contribuir para a solução de problemas.

Confira o documento na íntegra abaixo:

Carta da AEPET 002/11 de 11/02/2011



**** O PETRÓLEO É E TEM QUE

Vários equipamentos funcionam de forma contínua, sem paradas para manutenção, em uma plataforma de produção (de forma similar a uma refinaria). Para que se mantenham íntegros, a boa prática recomenda que sejam feitas paradas de produção totais ou parciais para manutenção destes equipamentos. Durante os últimos anos a alta gerência do E&P vem, sistematicamente, postergando e reduzindo o tempo destas manutenções programadas que implicam em parada de produção.

O que aconteceu em 2010 é que esta situação ficou insustentável e várias plataformas tiveram que parar sem uma programação para fazer as manutenções corretivas, muito mais caras do que as preventivas, que provavelmente poderiam ser evitadas se as manutenções preventivas rotineiras tivessem sido autorizadas.

Este problema pode ser facilmente constatado analisando o número e o período de dias em que cada plataforma de produção fez parada nos últimos 10 anos.

- 3) Metas inatingíveis – Nos últimos anos as metas de produção do E&P sistematicamente não vem sendo atingidas. Estes números extremamente desafiadores estão forçando a organização a abrir mão de atividades de manutenção e outras boas práticas em nome de resultados em curto prazo. Isso acaba levando a uma parada não programada da plataforma (interdição de órgão governamental, ou mesmo resultante de emergências) que leva a um prejuízo maior para a PETROBRAS em médio e longo prazos. O não cumprimento das metas nos últimos anos também é de fácil constatação.
- 4) Realocação de gerentes experientes para o Rio de Janeiro e perda de prestígio e poder dos gerentes baseados em Macaé – Nos últimos anos a estrutura do E&P no Rio de Janeiro e a criação de novas Unidades Operacionais, forçou a saída de vários gerentes experientes de Macaé para outras cidades. Isso está acarretando em perda de prestígio para os gerentes das plataformas e suas respectivas estruturas. Esta situação acaba por implicar em uma redução do poder de conseguir recursos, com conseqüente queda de produtividade e degradação da situação das plataformas de produção. Atualmente existe alguma dificuldade para encontrar um bom profissional que queira ser gerente de “OP”, e mesmo outras posições em Macaé. Isso tem levado a Companhia convidar profissionais com pouca experiência e forçar um aprendizado muito rápido para os mesmos (talvez sem a necessária aprendizagem e treinamento no trabalho ideal). A relação deste fator com a degradação das condições das plataformas não é tão direta como nos outros casos, mas também é de fácil constatação.

Embora tenhamos mencionado as plataformas da Bacia de Campos, acreditamos que os problemas aqui apontados também estejam ocorrendo em plataformas de outras áreas da Empresa.

Considerando que a Petrobrás ficou ainda mais exposta em face de, como operadora de todo o pré-sal, contrariar os interesses externos, entendemos que os cuidados com a operação e a manutenção devam ser cada vez mais importantes.

Por fim, nos colocamos à disposição para esclarecimentos complementares de forma a contribuir para a melhoria das instalações marítimas de produção e para o fortalecimento da segurança operacional das plataformas da Petrobrás.

Atenciosamente,

Fernando Leite Siqueira
Presidente

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20020-906 - Tel: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Endereço Eletrônico: aepet@aepet.org.br - Página: <http://www.aepet.org.br>

Resposta da Petrobrás

Carta DE&P –50011/2011 de 11 de março de 2011

Em carta datada de 11 de março de 2011, a Petrobrás através do assessor da Diretoria de Exploração e Produção, Ricardo Latgé Milward de Azevedo prestou vários esclarecimentos a AEPET sobre esta questão.

Confira o documento na íntegra abaixo:

Carta DE&P –50011/2011 de 11 de março de 2011



PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.
PETROBRAS

DE&P-50011/2011

Rio de Janeiro, 11 de março de 2011

Ao Senhor
Engenheiro Fernando Siqueira
Presidente
AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras
Av. Nilo Peçanha 50, Grupo 2409 - Centro
20020-906 Rio de Janeiro, RJ

Assunto: Nível de segurança nas unidades de produção da Bacia de Campos e das demais plataformas operadas pela Petrobras

Prezado Presidente:

Ao tempo em que reconhecemos o valor da preocupação desta egrégia entidade com a boa gestão e o sucesso da Petrobras, vimos esclarecer que:

1. não é correto afirmar que a Petrobras tenha cometido qualquer falha grave de segurança nas operações de suas plataformas, muito menos que hipotéticas falhas graves tenham sido “constatadas e levaram os órgãos governamentais a atuar e suspender” a operação de qualquer plataforma;
2. os dois episódios que motivaram a paralisação não voluntária de plataformas decorreram de imposições cautelares (P-33 e PCH-2), que não caracterizariam por si só a existência de falhas graves de segurança;
3. mesmo nestes dois casos, estava a Petrobras respaldada por suas análises e procedimentos internos atestando a segurança operacional das plataformas;
4. a Petrobras envida todos os esforços para superar os problemas constatados, tendo inclusive assumido compromisso formal com a ANP, com ações e prazos, para reparos e auditorias do sistema de gestão de segurança operacional em todas as plataformas marítimas até o final deste ano;
5. para viabilizar esses compromissos a Petrobras alugou mais duas unidades de manutenção e segurança (UMS), com sistema de posicionamento dinâmico, de modo a acomodar a mão-de-obra e equipamentos necessários à realização do trabalho. Uma UMS já vinha sendo utilizada desde 2007 na Bacia de Campos e o contrato da segunda foi assinado em outubro de 2010;

SER NOSSO ****

6. as paradas programadas das plataformas são consideradas projetos específicos pela Petrobras, que tem seus inícios com mais dois anos de antecedência de modo a permitir o planejamento de suas atividades, o suprimento de bens e serviços, a pré-fabricação em terra e a mobilização de toda a logística necessária. Os adiamentos nas paradas programadas são considerados como exceções em decorrência principalmente de atrasos no recebimento de materiais, de condições de logística e/ou de prestadores de serviços. No final de 2009 e início de 2010, houve algumas postergações de paradas devido a fatos supervenientes que acarretaram atrasos nas transições dos contratos de manutenção das plataformas da Bacia de Campos. Estes fatos já foram todos superados.

7. as críticas e sugestões da AEPET dirigidas a otimização dos processos de liberação de "Permissões de Trabalho" (PT) são bem vindas e serão objeto de análise pelos gestores da Petrobras. Entretanto, sabemos ser do vosso conhecimento a significativa redução nos índices de acidentes, notadamente os fatais, após a implementação deste método, o qual privilegia a avaliação dos riscos, a gestão das interfaces e o adequado envolvimento gerencial no planejamento das atividades. Ressaltamos ainda, que no momento, encontra-se em andamento a otimização do processo de permissão, assim como da melhoria do planejamento das atividades a bordo com o suporte das equipes da base.

8. as metas de produção são de fato desafiadoras, como tem sido a própria história de construção da Petrobras, mas que de forma alguma se impõe aos quesitos Segurança, Meio-Ambiente e Saúde, orientados pelos princípios operacionais do E&P e as 15 Diretrizes de SMS;

9. ao lado de investimentos na capacitação dos seus técnicos e gerentes, a mobilidade e transmissão de conhecimentos dos mais antigos para os mais jovens são procedimentos tradicionais e valiosos na formação do quadro de funcionários da Petrobras, sendo portanto motivo de prestígio para aqueles jovens alçados a compromissos de maior responsabilidade na frente operacional, em substituição aos mais experientes, deslocados para cumprirem outros nobres desafios profissionais;

10. destaca-se ainda que nas Unidades Operacionais e na sede, há gerências dedicadas a operação e manutenção, formadas por engenheiros e técnicos altamente qualificados e com grande experiência operacional, visando a padronização e disseminação das melhores práticas e apoio as gerências de operação e plataformas;

11. a Petrobras passou um longo período sem contratar novos profissionais, o que levou a um déficit importante de profissionais na faixa de dez a vinte anos de experiência, motivo inclusive de muitas das lutas de outrora da AEPET.

Naturalmente, esta herança leva aos mais jovens a assumirem tarefas de maior responsabilidade, como aconteceu em outros momentos da história da Empresa;

12. Por fim, reafirmamos nossa absoluta convicção de que a Petrobras realiza sua tarefa de Exploração e Produção com austera política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, bem como impõe rigor técnico nos aspectos relacionados aos equipamentos e à capacitação de pessoal.

Atenciosamente,



Ricardo Latgé Milward de Azevedo
Assessor da Diretoria de Exploração e Produção

CARTAS AGUARDANDO RESPOSTA DA PETROBRÁS

Até a presente data não recebemos resposta das seguintes cartas:

Salário Mínimo Profissional

Carta AEPET- 027/10 de 23/11/2010

Em 23 de novembro de 2010, a AEPET acompanhou junto com o Senge-RJ-Sindicato dos Engenheiros, as discussões realizadas pela gerência de Recursos Humanos da Petrobrás sobre o descumprimento do Salário Mínimo Profissional dos Engenheiros. Ficou comprovado que os cálculos realizados pela Petrobrás levaram a um erro no valor da SMP dos engenheiros.

Confira o documento na íntegra abaixo:

Carta AEPET- 027/10 de 23/11/2010



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 027/10

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2010

Ao
Geólogo Guilherme de Oliveira Estrella
M.D. Diretor de Exploração e Produção
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás
Av. Chile,65
Nesta

Prezado Diretor,

Na Reunião realizada *no último dia 09/11/2010*, V.S. se mostrou interessado no andamento das discussões realizadas entre a Gerência de Recursos Humanos da Petrobrás, a Diretoria da AEPET e a Diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro a respeito do descumprimento, pela Empresa, da legislação relativa ao Salário Mínimo Profissional dos Engenheiros.

Em diversas reuniões realizadas desde Maio de 2010 ficou comprovado que os cálculos realizados pela Petrobrás levaram a um erro no valor do SMP dos engenheiros.

Esse erro vem ocorrendo desde o ano de 2008 e a Gerência de RH até o momento não respondeu às considerações feitas e aos cálculos apresentados pelo SENGE-RJ e pela AEPET *na reunião de 23/09/2010*.

Essa demora em apresentar uma solução para o problema de descumprimento da Legislação, vem trazendo inquietação e insatisfação ao pessoal mais novo da Empresa que está sendo atingido pela interpretação errônea por parte da Gerência de RH da Petrobrás.

Assim atendendo à sua solicitação, estamos encaminhando em anexo, a documentação relacionada às reuniões realizadas bem como os informes disponibilizados, pela AEPET, aos engenheiros interessados.

Cordiais Saudações,



Pedro da Cunha Carvalho
Vice-Presidente da AEPET

Anexos: os citados

****** O PRÉ-SAL É DO POVO BRASILEIRO ******

Projeto Piloto -Assédio Moral do engenheiro José Netto

Carta AEPET-031/10 de 13/12/2010

Em 13 de dezembro de 2010, a AEPET enviou carta ao Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, geólogo Guilherme Estrela demonstrando preocupação sobre a denúncia de assédio moral feita pelo engenheiro José Netto à ouvidoria da Petrobrás em 2009 referente a um questionamento sobre o Projeto Piloto envolvendo o Campo de Bonito.

**Confira o documento na íntegra abaixo:
Carta AEPET- 031/10 de 13/12/2010**



AEPET
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 031/10

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2010

Ao
Geólogo Guilherme de Oliveira Estrela
Diretor de Exploração e Produção
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás
Av. Chile,65
Nesta

Assunto: *Projeto Piloto*

A Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-AEPET vem acompanhando com preocupação a denúncia de assédio moral encaminhada à Ouvidoria da Petrobrás em 7 de dezembro de 2009 pelo engenheiro José Netto, entrevistado em 5 de abril passado pelo Grupo de Trabalho criado para este fim e, até agora, sem qualquer resposta quanto ao reclamado.

Claro está para a nossa Diretoria os prejuízos profissionais a que o engenheiro vem sendo bem submetido, danos à imagem da Petrobrás pela prática de tal fato.

Gostaríamos de salientar o interesse desta Associação pela solução nos melhores termos para a Petrobrás, bem como solicitar esclarecimento do que está sendo feito pela correção dos danos profissionais causados ao referido empregado, bem como para evitar novos prejuízos a imagem da Petrobras.

Para tanto, formulamos algumas questões:

- 1) Em 12 de novembro de 2009 o profissional de engenharia lotado no E&P (Macaé) elaborou um Parecer Técnico no qual consta um questionamento sobre um projeto piloto envolvendo o Campo de Bonito e até o momento não houve uma resposta por parte da Petrobrás sobre o assunto. Há uma posição consolidada da Diretoria de E&P sobre o Parecer Técnico?
- 2) O profissional prestou depoimento em 5 de abril de 2010 à Comissão de Investigação designada para averiguar a matéria e ate o momento não houve qualquer questionamento dentre toda a hierarquia gerencial. No entanto, o profissional continua sofrendo assedio moral por parte do corpo gerencial. Se houve duvidas em alguns dos pontos levantados pelo técnico, por que o profissional não foi chamado para esclarecê-los?
- 3) Mesmo com os resultados empresariais negativos deste projeto piloto, a execução do Projeto Piloto continua. Por quê? Como afirmou o profissional: "Cada projeto que não gera sua própria receita onera a produção já existente e subtrai recursos financeiros para desenvolver outros projetos."
- 4) A necessidade crescente de profissionais competentes dentro da área de Engenharia do E&P esta levando a Empresa a uma situação critica. Torna-se necessário que os gerentes levem em conta os trabalhos técnicos desenvolvidos pelos seus subordinados, estimulando-os a dar o melhor de conhecimento e experiência que possuem, reforçando o crescimento profissional e o espírito de equipe.

Ficamos à disposição da Diretoria de E&P para quaisquer esclarecimentos adicionais e aguardamos uma resposta objetiva e urgente sobre os pontos levantados, de forma a poder tranquilizar o corpo técnico da Companhia.

Atenciosamente,



Diretoria da AEPET

Empreendimnto na área de refino

Em 10 de junho de 2011, a AEPET envia nova carta à Petrobrás referente às cartas enviadas no ano passado: AEPET 008/10 de 03/03/2010- DABAST-40.025/2010 de 07/04/2010- AEPET 019/10 de 14/06/2010-AEPET 022/10 DE 20/07/2010- DABAST- 40.050/2010 DE 30/07/2010-AEPET 026/10 DE 27/09/2010-DABAST-40.077/2010 DE 20/12/2010. De acordo com a diretoria da AEPET, as respostas anteriores demonstraram inexistência de evidências objetivas referentes à solução das questões pontuadas pela AEPET.

Carta AEPET- 009/2011 de 10/06/2011

Confira abaixo o documento na íntegra:



Aepet
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 009/2011

Rio de Janeiro, 10 junho de 2011.

Ao
Eng. Paulo Roberto Costa
M.D. Diretor de Abastecimento da
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras
Av. Chile, 65
Nesta

Assunto: Empreendimentos da na área de refino.

Ref. Cartas: *AEPET 008/10 de 03/03/2010*
DABAST– 40.025/2010 de 07/04/2010
AEPET 019/10 de 14/06/2010
AEPET 022/10 de 20/07/2010
DABAST – 40.050/2010 de 30/07/2010
AEPET 026/10 de 27/09/2010
DABAST – 40.077/2010 de 20/12/2010

Prezado Senhor,

Agradecemos os comentários e considerações que nos foram enviados através da correspondência DABAST – 40.0077/2010 de 20/12/2010, em resposta à nossa correspondência AEPET 026/10 de 27/09/2010, ambas em referência. No entanto, considerando a inexistência de evidências objetivas referentes à solução das questões pontuadas nas demais correspondências da AEPET, também em referência, e com o intuito de colaborar na solução destes problemas, nos permitimos elaborar os comentários que se seguem:

2. Da correspondência DABAST – 40.0077/2010 de 20/12/2010, levantamos as seguintes ponderações relativas a cada item:

- A AEPET gostaria de tomar conhecimento do procedimento referente à sistemática de gerenciamento de projetos utilizada pelo ABASTECIMENTO.
- Face aos problemas levantados em nossas correspondências anteriores, gostaríamos de ter acesso ao procedimento que define o momento certo e o elenco de áreas para os quais são realizados os processos de coleta, registro e disseminação das “Lições Aprendidas”.

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2409 - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20020-906 - Tel: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Endereço Eletrônico: aepet@aepet.org.br - Página: http://www.aepet.org.br

• O sistema SINAPSE é apropriado para assuntos específicos relacionados a questões eminentemente técnicas, enquanto que os problemas levantados nas correspondências AEPET em epígrafe referem-se a assuntos básicos de gestão de recursos humanos e tecnológicos, no entanto, com implicações significativas na qualidade final dos produtos.

• Lembramos que nenhum dos problemas relacionados à gestão de aquisição de equipamentos estáticos envolvendo Projetos Conceituais, Básicos e Executivos, Processo Fabril, Inspeção de Fabricação, Condicionamento e Montagem, consta como "Lições Aprendidas" no SINAPSE, exatamente, por ser um sistema unicamente relacionado à Especificação Técnica do equipamento.

3. Face ao acima exposto, e considerando que, as práticas danosas mencionadas nas referidas correspondências AEPET, foram ampliadas nos novos empreendimentos, quais sejam: Refinarias Premium 1 e 2, Novas Carteiras de Diesel S10 da REFAP, REPLAN, REGAP, RPBC, REMAN e REDUC, reafirmamos a necessidade de que seja adotada o mais rápido possível outra forma de expor as "lições aprendidas", considerando, no mínimo, demandas referentes a questões primordiais, tais como:

- Prazos de fornecimento compatíveis com a qualidade requerida dos produtos,
- Adoção de projetos clonados,
- Contratação externa de projetos de licenciadoras (UOP, AXENS, HALDOR TOPSOE, CONOCO, etc.),
- Não utilização das normas e especificações da PETROBRAS em projetos prioritários,
- Abertura de licitações sem a documentação técnica completa,
- Procedimento de licitações sem a fase de parecer técnico e equalização de propostas,
- Habilitação de proponentes durante as licitações,
- Adoção de "Vendor List" consolidado,
- Estratégia de aceitar a habilitação de proponentes nacionais não capacitados para o fornecimento,
- Ausência de programas adequados de desenvolvimento de fornecedores nacionais, para capacitação na fabricação de equipamentos críticos, atualmente objeto de licitações internacionais,
- Descontinuação da aquisição antecipada de equipamentos críticos, incluso no caminho crítico, através da PETROBRAS / MATERIAIS,

- Estratégia inadequada de aquisição de equipamentos críticos por EPCistas,
- Descontinuação da aquisição antecipada de equipamentos críticos, segundo o Agrupamento Sistematizado de Equipamentos de Caldeiraria em Material Aço Baixa Liga Cromo-Molibdênio,
- Obrigatoriedade dos proponentes apresentarem o Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com a norma ISO 9001,
- Obrigatoriedade dos órgãos da PETROBRAS envolvidos nas licitações apresentarem o Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com a norma ISO 9001,
- Equipe exclusiva para comentários e aprovação dos documentos técnicos dos fornecedores,
- Fiscalização seletiva do projeto executivo,
- Fiscalização seletiva da inspeção de fabricação, etc.

4. Todas as questões acima preconizadas são de inestimável importância, para em conjunto colaborarem no êxito de cada um destes empreendimentos. Portanto, no sentido de evitar novos prejuízos financeiros e materiais e de modo a preservar o patrimônio e a segurança pessoal na PETROBRAS, ratificamos a recomendação, conforme explicitado na correspondência AEPET 026/10 de 27/09/2010, da imediata implantação de um "Programa de Lições Aprendidas", com a participação de todos os envolvidos e interessados, do corpo técnico e gerencial da empresa.

Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Fernando Leite Siqueira

Presidente

Anexo: cf citado na referência

É veiculado pela rádio
Bandeirantes AM 1360,
de segunda a sexta-feira,
das 8 às 10h.

Programa
Faixa Livre
Band AM 1360

Com uma pauta diária de assuntos sobre política, economia, energia, meio-ambiente e demais questões nacionais e internacionais, em sintonia com os problemas contemporâneos do Brasil e do mundo, o Programa Faixa Livre, além de procurar informá-lo, tem um compromisso com a justiça, com a militância social e com a formação ideológica daqueles que acreditam que um outro Brasil e um outro mundo sejam possíveis.

Você pode escutar todos os programa também pelo site:

<http://www.programafaixalivre.org.br>

No Rio de Janeiro é transmitido
no canal 06 da NET - 5ª e
domingo às 21h.



Além do Rio é veiculado também em mais 23 cidades em todo o Brasil. Tendo como âncora o jornalista José Augusto Ribeiro o programa também aborda assuntos sobre política, economia, energia, meio-ambiente e demais questões nacionais e internacionais.

Você pode assistir aos vídeos pelo site da AEPET:

www.aepet.org.br

AMS - Assistência Multidisciplinar da Saúde

A AEPET enviou carta ao presidente da Petrobrás, Dr. José Sergio Gabrielli de Azevedo no dia 10/06 de 2011 com base na reunião do Conselho Deliberativo da AEPET que resolveu nomear uma comissão para estudar e propor sugestões em relação à Assistência Multidisciplinar de Saúde.

Carta AEPET- 008/2011 de 10/06/2011

Confira abaixo o documento na íntegra:



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 008 /11

Ilmo
Dr José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Presidente do Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás
Av. Chile, 65/24º andar
Nesta

Ass.: AMS- Assistência Multidisciplinar de Saúde

Prezado presidente,

Em sua primeira reunião realizada em 02/04/2011, o Conselho Deliberativo da AEPET resolveu nomear uma comissão para estudar e propor sugestões em relação à AMS- Assistência Multidisciplinar de Saúde para servir de subsidio para a PETROBRAS, tal que esta possa atender melhor o seu corpo de funcionários envolvendo os aposentados e os ativos. Para tanto, sugere a criação de um Comitê Gestor conforme mostra o trabalho em anexo.

Atenciosamente,

Fernando Leite Siqueira
Presidente

c.c: Diretoria da Petrobrás



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 008/11

AMS DA PETROBRAS

AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde é um compromisso social da Petrobrás para com os seus funcionários e suas famílias, assumido no momento da contratação dos jovens trabalhadores.

Há de se considerar que desde o seu inicio, o investimento na AMS teve por objetivo a adoção e o compromisso da assistência medica aos empregados e dependentes e, posteriormente, a garantia dessa “assistência vitalícia à saúde”, para os que se aposentaram na Empresa.

Este compromisso social foi assumido voluntariamente pela Petrobrás em sua fundação. E foi um dos principais atrativos para que os trabalhadores que a construíram deixassem nela os melhores dias de suas vidas.

Na medida em que o tempo passou, este compromisso de investimento social foi aumentando o seu valor. Jovens trabalhadores e seus familiares foram envelhecendo. E na medida do seu envelhecimento, a vida traz sua conta cobrada na saúde de todos nós. A saúde passa a ser considerada uma dádiva (como sempre deveria ser), garantida pelo compromisso social que a Petrobrás voluntariamente assumiu.

Não é e nunca foi um privilégio. Não é um gasto ou um desperdício e, por isso, não pode ser considerado custo. Como resultado, o investimento proporcionou, também, investimento pessoal de cada um dos trabalhadores para a construção da Petrobrás e colocando-a entre as maiores empresas do mundo; portanto, foi e continua sendo um investimento da Empresa para assegurar que os ex-empregados cumprissem e os atuais continuem cumprindo essa missão, porque têm a garantia dessa assistência médica, inclusive na aposentadoria.

Passados anos de seu compromisso inicial, é inconcebível que a direção da Petrobrás, queira se desvencilhar de suas obrigações, jogando aqueles jovens trabalhadores – hoje envelhecidos – ao “Deus dará”.

É inconcebível que a direção da Petrobrás se permita a precarização dos serviços de assistência à saúde de seus trabalhadores, principalmente os aposentados e sem o mesmo vigor que lhes permitiu dignificar a empresa.

É inconcebível que permitamos que a direção da Petrobrás ignore as dificuldades impostas aos trabalhadores e que necessitam dos serviços da AMS, como vemos a seguir:

- Demora excessiva na aprovação de intervenção cirúrgica envolvendo risco de vida;
- Demora na liberação de exames clínicos específicos e necessários envolvendo a pré-cirurgia;
- Reembolso de despesas medicas realizada pelo empregado ou aposentado que arcou com os custos para evitar um desfecho fatal, como consequência dos dois itens anteriores;
- Negativa na autorização de procedimentos recomendados por médicos credenciados;
- Ineficiência do centro de atendimento telefônico (Call Center) pela falta de treinamento e procedimentos operacionais para os atendentes dessa área;
- Abuso de poder por parte de alguns gerentes na execução da administração da AMS.

Entre os mecanismos que são utilizados na gestão da AMS hoje está a chamada “EXCEPCIONALIDADE”. Trata-se de uma gestão do administrador para resolver as demandas dos assistidos pelo programa que não são resolvidas pelos procedimentos padrões. Tal mecanismo, infelizmente, hoje é o responsável por “desemperrar” autorizações, internamentos, operações cirúrgicas, entre outros.

Em nossa opinião, apesar de hoje ser uma das únicas formas de viabilizar algumas das muitas situações que os assistidos do programa AMS passam, o princípio do mecanismo da “EXCEPCIONALIDADE” é nefasto.

Trata-se do princípio da corrupção, onde se cria a dificuldade para vender a facilidade. Não estamos acusando qualquer tentativa de corrupção no programa, apenas apontamos uma lacuna que pode ser um escoadouro para este tipo de prática que todos repudiamos.

A direção da Petrobras deve entender que a AMS não é simplesmente um Plano de Assistência Médica como tantos outros, mas uma parte integrante de seu plano de assistência social para os seus empregados e dependentes, amplamente elogiado em períodos passados, e não como fator de “lucro” ou “prejuízo”.

Não é justo que hoje se queira reverter esse compromisso, principalmente quando a Petrobras passa a considerar os recursos necessários para a manutenção da AMS como custo e não como investimento, como tem sido apresentado pelo RH em suas diversas apresentações. Essa postura é a principal causa do caos administrativo em que a AMS se transformou, principalmente, pelos conflitos entre o Corporativo responsável pela execução e o RH normativo.

No mundo cada vez mais globalizado, é importante não perdermos de vista o fato de que as empresas se adequam às regras do mercado global e atendem exigências que a sociedade faz para se manterem no poder. A sociedade faz exigências porque, no afã de produzirem mais e de terem lucros astronômicos, as empresas esquecem-se de cuidar do meio ambiente e de devolverem a ele aquilo que lhe é tirado, incluindo a saúde do trabalhador.

No caso da Petrobras, não basta fazer Publicidade tais como: respeito ao trabalhador, respeito à vida, respeito ao compromisso social; é necessário que a Empresa cuide efetivamente da saúde do trabalhador, evitando que o mesmo fique doente. Cuidar da saúde não é a mesma coisa que cuidar de uma doença; esta custa muito mais caro para a Empresa e para a sociedade como um todo. É necessário cuidar da saúde para manter uma vida saudável.

Vários estudos têm demonstrado que:

- Funcionários mais ativos, motivados e conscientes produzem mais e têm menores riscos de doenças e acidentes de trabalho;
- Trabalhadores com boa saúde compreendem melhor seus direitos e deveres e possuem maior responsabilidade nos locais de trabalhos e na sociedade;
- Programas de modificação de comportamento podem melhorar a produtividade e reduzir o risco de doenças e custos relacionados;
- Programas educacionais dirigidos diretamente a todos os trabalhadores são instrumentos de gestão que devem ser utilizados pela Petrobras;
- O trabalhador deve ter a obrigação de conhecer, de comportar-se e de respeitar certas regras implícitas no desempenho de sua função seja ele da ativa ou como aposentado.

Não resta dúvida que a AMS em muito contribui para a eficiência e retenção da força de trabalho da Empresa, sendo responsável pelo enorme lucro que apresenta. Certamente, teremos êxito e acreditamos que somente com um choque de gestão, promovido por um Comitê Gestor a ser criado com a participação de representantes da Empresa e também pelas lideranças sindicais e pelas associações dos empregados e ex-empregados, já que estes contribuem com recursos para a manutenção da AMS; assim, poderemos reverter o atual quadro de ineficiência e decadência, tornando a AMS um instrumento mais eficiente e eficaz em seus objetivos e propósitos, que devem ser o de dar suporte às questões de saúde dos empregados ativos e aposentados, assim como a de seus dependentes.

Para tanto, **propomos** a criação de um Comitê Gestor através de uma decisão da Diretoria da Petrobrás, com atribuições específicas para definir e fiscalizar a condução da administração da AMS fazendo-a retornar ao padrão de atendimento que antes existia.

Além disso, **sugerimos** o seguinte eixo de atuação para o Comitê Gestor:

- 1º) Reversão imediata da precarização dos exames periódicos preventivos dos funcionários da ativa.
- 2º) Fazer um levantamento real das condições de saúde dos trabalhadores ativos e dos aposentados.
- 3º) Fazer um levantamento das causas da má conservação da saúde, levando-os a uma doença (ausência de uma alimentação saudável, falta de dinheiro para fazer exames preventivos negados pela Empresa, etc.).
- 4º) Propor à Direção da Empresa a realização de cursos periódicos sobre uma alimentação saudável e um comportamento adequado nos locais de trabalho para todos os trabalhadores (ativos e aposentados), inclusive com incentivos monetários para o alcance de uma meta (seja emagrecer, realizar exercícios físicos periodicamente, etc.).
- 5º) Propor à Direção da Empresa a realização de palestras sobre o Código de Ética da Petrobras com a presença obrigatória para todos os gerentes.
- 6º) Propor à Direção da Empresa pagar aos médicos, psicólogos, fisioterapeutas, laboratórios, etc., um valor digno pelos serviços prestados à AMS.
- 7º) Esclarecer os empregados ativos e aposentados pelo uso inadequado da AMS; devem ser fortes para denunciar abusos seja por parte do médico credenciado mas, de colegas que fazem mal uso do mesmo e também não aceitar o autoritarismo arrogante de certas gerências que hoje os cerca e propor sugestões visando melhorias.
- 8º) Propor à Direção da Empresa um melhor atendimento dos Call Center com profissionais mais qualificados seja através de cursos de aperfeiçoamento para conhecer o que vem a ser a AMS, como o mesmo funciona, a que instâncias dirigir um pedido de informação, etc., etc..
- 9º) Fiscalização de todos os itens acima (Implantar Procedimentos? Quem fiscalizará? Empresa terceirizada? Por amostragem?)
- 10º) Disponibilização a todas as entidades sindicais, associações de empregados e ex-empregados dos índices e resultados parametrizados do PCMSO das diversas unidades operacionais da empresa, bem como os índices e resultados parametrizados do PPRA e PPEOB destas mesmas unidades.

GLOSSÁRIO:

PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO A RISCOS AMBIENTAIS

PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

PPEOB - PROGRAMA DE PREVENÇÃO À EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO BENZENO

(* GT formado na reunião do Conselho Deliberativo da AEPET em 02/04/2011

Sotoma (Coordenador), Tedesco, Brandão e Admilson.



“O Liberalismo de dois séculos atrás virou agora o Neoliberalismo; tudo isso para dar a impressão de modernidade, tentando dissimular a servidão, que continua a mesma.”

Barbosa Lima Sobrinho

“A pátria é a alma da nação e a finalidade do Estado é garantir o direito sagrado do povo de decidir, soberanamente, o seu destino.”

Barbosa Lima Sobrinho

Notícia publicada no Jornal do Commercio do RJ sobre o projeto das refinarias Premium

A AEPET enviou carta ao engenheiro Paulo Roberto Costa, M. D. Diretor de Abastecimento da Petrobrás no dia 21/06 de 2011 onde demonstrou perplexidade com a notícia publicada pelo Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, no dia 16/06 que fala sobre a contratação de projetos nas refinarias Premium. Segundo o jornal, a projetista americana UOP foi selecionada pela Petrobrás em novembro de 2010 ao vencer uma concorrência de estatal em modelo de design competition.

Carta AEPET- 010/2011 de 21/06/2011

Confira abaixo o documento na íntegra:



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 010/2011

Rio de Janeiro, 21 junho de 2011.

Ao
Eng. Paulo Roberto Costa
M.D. Diretor de Abastecimento da
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras
Av. Chile, 65
Nesta

Assunto: : Notícia publicada no Jornal do Commercio do RJ sobre projeto das refinarias Premium

Prezado Senhor,

O corpo técnico e a diretoria da AEPET ficaram perplexos com a notícia publicada pelo Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, no último dia 16, sobre a contratação de projetos nas refinarias Premium. Segundo o jornal, a projetista americana UOP foi selecionada pela Petrobrás em novembro de 2010 ao vencer uma concorrência da estatal em modelo de design competition. “Segundo Costa, a proposta da UOP foi a melhor tanto do ponto de vista da redução do capex (investimento) quanto da otimização do opex (custos de operação)”. “A escolha da UOP para prover soluções tecnológicas das refinarias revela uma mudança na concepção dos projetos da Petrobras. O executivo afirma que esta foi a primeira vez que a área de abastecimento promoveu um design competition, no qual empresas projetistas e licenciadoras de tecnologia competem para desenvolver o melhor projeto. ‘Antes usávamos as tecnologias desenvolvidas pelo Cenpes, como a de coque e destilação, mas não tínhamos a de hidrotreatamento, por exemplo. Essa é a primeira vez que fizemos os projetos em um pacote só’, explicou Costa.”

Tendo em vista o exposto, seguem os seguintes esclarecimentos:

1) A Petrobrás elabora projetos de Unidades de Hidrotreatamentos de Diesel (HDT) desde 1985, seu primeiro projeto para a REDUC. Seguiram-se outros para a RPBC, REPLAN, REPAR, REGAP, REFAP, REVAP, RLAM, REMAN e, em emissão, um novo projeto para a REDUC. Foi emitido também, no final de 2008, o projeto da Unidade de Hidrocraqueamento Catalítico (HCC) do COMPERJ, onde o projeto do Cenpes, em associação com a AXENS, foi escolhido.

2) Em 2002, foi contratado com a UOP projeto de HDT de Nafta de Coque para a REDUC, por problemas de prazo. Posteriormente, por decisão gerencial, comprou-se mais quatro unidades para outras refinarias sob a justificativa de manter uma padronização. A tecnologia da Petrobrás foi utilizada em projeto para a RPBC em 2005, entrando em operação em fevereiro deste ano.

3) Para as Unidades de Nafta Craqueada da Carteira de Gasolina, foram contratadas dez Unidades com a francesa AXENS, em 2004, sob justificativa de administrar o risco tecnológico.

Já a tecnologia da Petrobras foi utilizada em projeto para a RECAP, com previsão de partida para este ano.



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

4) Nos projetos da RNEST e COMPERJ, novamente por decisão gerencial, os projetos de HDT foram comprados da HALDOR TOPSOE e AXENS, respectivamente, embora houvesse condições de atender aos prazos com as equipes do Cenpes e Engenharia, dentro de um planejamento mais adequado, como a própria realidade se incumbiu de demonstrar: a previsão original de partida da RNEST era 2010; a atual, 2013.

Os projetos contratados não têm o grau de detalhamento necessário para compra, ao contrário dos elaborados pelo corpo técnico da companhia. Na lista de fornecedores foram também incluídas empresas sem a devida qualificação, para atendimento dos prazos de fornecimento requeridos. Como consequência, temos prazos maiores e problemas na fabricação dos equipamentos e instalações.

5) No ano passado foi contratada a empresa americana MUSTANG para comentar os projetos de HDT realizados pela Petrobras. Ocorre que a MUSTANG é uma empresa de detalhamento, não sendo licenciadora de tecnologia na área. Seus comentários para redução de custos foram reduzidos (da ordem de 5%) e poderiam ser feitos pela própria equipe da Petrobras, bastando que constassem orientações nos requisitos de projeto. A MUSTANG ganhou para aprender sobre nossa tecnologia e aumentar seu banco de dados, a exemplo do que já fez e continua fazendo a KBC e outras empresas de consultoria contratadas para dizerem o que os técnicos já sabem e registraram em seus relatórios internos.

6) O projeto das refinarias Premium, como já comentado na AEPET 028/10, enviada ao presidente da Petrobrás em 29 de novembro de 2010, “a decisão significa um retrocesso de mais de trinta anos, quando na década de setenta, comprávamos projetos ‘chave-na-mão’ (turn-key) das americanas UOP, M.W. Kellogg e Foster Wheeler “. O projeto da UOP tem sofrido comentários dos técnicos da Petrobras por apresentarem aspectos não condizentes com as exigências operacionais das nossas refinarias. Assim, quando se fala em redução de custos da ordem de 30%, é necessário se dizer em relação a que. O projeto da UOP apresenta, por exemplo, redução de instrumentação, que leva a um maior custo operacional e menor segurança, em relação ao do Cenpes; ao mesmo tempo, inclui equipamentos e outras considerações que elevam o custo de capital.

O comentário de um operador de plataforma de plataforma afretada, na área do E&P, resume bem o caso. Perguntado se considerava adequada a instalação em termos de custo de operação e facilidade de manutenção, comentou: se fosse construir para mim, faria diferente; mas, se fizesse as alterações necessárias, perderia a licitação. Mais honesto e conciso, impossível.

Solicitamos que os esclarecimentos sejam feitos ao Jornal do Commercio, sob pena de difundir uma visão incorreta do nível de capacitação tecnológica da Petrobras na área do abastecimento.

Atenciosamente,

Fernando Leite Siqueira

Presidente